

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MICHEL SIMPLICIO DE SOUSA

**FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: Ensaio de suas organizações e influência na  
violência urbana cearense**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2023

MICHEL SIMPLICIO DE SOUSA

**FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: Ensaio de suas organizações e influência na  
violência urbana cearense**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,  
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação  
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão  
Sampaio, em cumprimento às exigências para a  
obtenção do grau de Bacharel.

**Orientador:** José Boaventura Filho.

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2023

MICHEL SIMPLICIO DE SOUSA

**FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: Ensaio de suas organizações e influência na  
violência urbana cearense**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do  
Trabalho de Conclusão de Curso de MICHEL SIMPLICIO  
DE SOUSA.

Data da Apresentação 13/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. ESP. JOSÉ BOAVENTURA FILHO/ UNILEÃO

Membro: PROF. ME. ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA/ UNILEÃO

Membro: PROF. ESP. RAIUMUNDO CARLOS ALVES PEREIRA/ UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE-CE  
2023

# FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: ENSAIO DE SUAS ORGANIZAÇÕES E INFLUÊNCIA NA VIOLÊNCIA URBANA CEARENSE

Michel Simplicio de Sousa<sup>1</sup>  
José Boaventura Filho<sup>2</sup>

## RESUMO

As facções criminosas exercem uma influência significativa na violência urbana que o Brasil enfrenta diariamente, com a exploração do tráfico ilícito de entorpecentes sendo sua principal atividade. Com base nessa premissa, este artigo tem como objetivo discutir as facções criminosas e seu impacto nos índices de violência no cenário cearense. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e descritiva de natureza básica. Os estudos analisados indicaram que, dentre as facções com maior presença no estado do Ceará, destacam-se o “Comando Vermelho - CV” e o “Primeiro Comando da Capital - PCC”. Este estudo traça a trajetória desses grupos no estado, suas estruturas organizacionais e o impacto que têm no aumento da violência urbana. De acordo com os dados da SSPDS/CE, os níveis de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, mantiveram-se em níveis considerados aceitáveis. No entanto, é possível afirmar que, mesmo diante dessa situação, essas facções ainda representam riscos para a sociedade e são determinantes nos índices de violência. Portanto, torna-se importante a realização de estudos aprofundados e a adoção de políticas eficazes de segurança pública no estado.

**Palavras-Chave:** Facções criminosas. Drogas. Violência. Organizações criminosas. Brasil.

## ABSTRACT

Criminal organizations wield substantial influence over the daily urban violence in Brazil and their main activity is the exploitation of illicit drug trade. Under this premise, this article aims to analyze the influence of criminal factions on urban violence rates in Ceará. For this purpose, it was developed a bibliographical and descriptive study, characterized as basic in nature. The analyzed studies reveal that “Comando Vermelho - CV” and “Primeiro Comando da Capital - PCC” are the most active factions in the state of Ceará. In this study are explored, these groups' trajectories, organizational structures, and impacts on urban violence growth. As reported by SSPDS/CE, the levels of lethal and intentional violent crimes (CVLI), have remained within acceptable limits. However, it must be acknowledged that despite the circumstances, these criminal factions still present risks to society and contribute significantly to the rates of violence. Consequently, it is crucial to conduct detailed research and implement effective public security policies throughout the state.

**Keywords:** Criminal factions. Drugs. Violence. Criminal organizations. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO. E-mail: michelsimplicio1994@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador. E-mail: boaventurafilho@leaosampaio.edu.br

Nas últimas décadas, os índices de criminalidade no Brasil aumentaram significativamente em paralelo ao surgimento de grupos criminosos organizados que operam à margem do Estado. Esta situação tem se tornado um problema crônico, exacerbando a violência nas cidades brasileiras. Com a atuação desses grupos, conhecidos como facções criminosas, a violência urbana aumentou exponencialmente, uma vez que a intensa disputa por território e controle de atividades ilegais resulta em uma guerra urbana sangrenta nos centros urbanos brasileiros.

Esta pesquisa enfatizará duas facções principais, pois, através ou por influência delas, várias outras denominações surgiram em diferentes unidades federativas, desafiando a autoridade do Estado e a segurança pública. A exploração e o monopólio do tráfico de drogas por esses grupos são um dos fatores que contribuem para o aumento da violência, uma vez que a disputa por territórios é uma consequência necessária para a manutenção do poder.

Inicialmente, é importante compreender como ocorreu o surgimento desses grupos criminosos, como funciona sua estrutura organizacional e quais atividades são desempenhadas por eles. Além disso, serão analisadas as medidas adotadas pelo Estado para combater essas facções e a eficácia dessas medidas. É sabido que a principal atividade dessas organizações é a exploração do comércio ilegal de entorpecentes, cuja obtenção de lucros é bastante elevada. Assim, surge a questão: Como essas facções impactam o Estado em relação ao índice de violência urbana? Este estudo tem como objetivo discutir sobre as facções criminosas e sua atuação nos índices de violência no cenário cearense.

Os objetivos específicos são: compreender o contexto em que surgiram as duas organizações criminosas que deram origem ou, pelo menos, serviram de inspiração para as demais existentes no Brasil; mostrar a influência dessas facções nos índices de violência urbana do Brasil; discutir sobre a atuação dessas facções no crescimento do crime de violência letal no estado do Ceará. Os resultados deste estudo proporcionarão uma visão sobre os fatores que explicam o aumento no índice de violência, permitindo compreender o papel fundamental das facções criminosas na dinâmica do fenômeno da violência, bem como entender o aumento desta que, inclusive, se espalhou para as tranquilas áreas interiores, contribuindo significativamente para a insegurança da população.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para iniciar esta pesquisa, é essencial compreender o contexto em que surgiram as duas organizações criminosas que originaram ou, pelo menos, serviram de inspiração para as demais existentes no Brasil.

## 2.1 O COMANDO VERMELHO

Durante o regime militar na década de 70, presos comuns e presos políticos foram mantidos na mesma galeria do Instituto Penal Cândido Mendes, vulgarmente conhecido como “caldeirão do diabo”, localizado na Ilha Grande, Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Foi neste local que surgiu a primeira e atualmente uma das maiores facções criminosas do Brasil, o Comando Vermelho. Inicialmente, essa facção nasceu da necessidade de organização dos detentos face aos constantes conflitos entre os apenados e os abusos sofridos por funcionários do presídio (AMORIM, 1993).

No presídio de Ilha Grande, a famosa Galeria B, também conhecida como “fundão”, abrigava presos condenados pela Lei de Segurança Nacional. Esses presos incluíam tanto aqueles que cometeram ações consideradas subversivas quanto criminosos habituais condenados por delitos como roubo a banco e sequestros. Naquele ambiente, diversas arbitrariedades eram cometidas, incluindo condições desumanas enfrentadas pelos internos, como superlotação e celas com estrutura péssima. Além disso, abusos eram cometidos de presos contra presos, como estupros, roubos, assassinatos, entre outros.

Havia ainda as constantes agressões - e até mortes - cometidas pelos guardas do estabelecimento. Nesse contexto, os presos políticos, movidos pela união e solidariedade, realizavam atos com o objetivo de pressionar a obtenção de melhores condições para os apenados, tais como, por exemplo, a greve de fome que, não raramente, surtia efeitos. A convivência e o contato dos presos comuns com os revolucionários que ali se encontravam influenciaram fortemente a necessidade de organização dos presos comuns, conforme relata Carlos Amorim em sua obra “Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado”.

Os presos comuns do "fundão" tiveram contato também com textos clássicos da literatura marxista. O Manifesto do Partido Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, e A Concepção materialista da História, do russo Afanassiev, fizeram parte de planos de estudos dentro do presídio. Outros dois livros da literatura básica do marxismo também foram lidos: A História da Riqueza do Homem, do historiador Leo Hubberman, e Conceitos Elementares de Filosofia, de Martha Hannecker. Os prisioneiros políticos empregavam nestes grupos um método definido: alguém era escolhido para ler um capítulo e fazer depois um relatório em voz alta - a seguir, havia uma discussão coletiva. Muitas vezes, os presos comuns da Galeria LSN entravam nos grupos. Outras vezes, organizavam eles mesmos a discussão (AMORIM, 1993).

Portanto, movidos pelo sentimento de união e pela necessidade de se organizarem para estabelecer regras de convivência dentro da prisão, os presos comuns condenados pela Lei de Segurança Nacional formaram o primeiro coletivo, conhecido como Falange Vermelha. Este coletivo foi o embrião do Comando Vermelho e tinha como objetivo resistir às condições degradantes do local. Eles buscavam persuadir a concessão de benefícios para todos os detentos e proibir que presos roubassem outros presos, além de acabar com os frequentes estupros e homicídios banais.

No entanto, os membros da Falange Jacaré, formada por detentos da Zona Norte do Rio de Janeiro, eram os que dominavam o local, impondo medo aos demais presos, pois praticavam roubos, furtos, homicídios e estupros com frequência. Além disso, existiam no presídio Cândido Mendes outros grupos de detentos formados, basicamente, pela região de onde vinham e pelo tipo de crime que cometiam. Como relata Carlos Amorim: “As falanges Jacaré, Coréia, Zona Sul e os independentes comandavam a rotina de terror que dominava milhares de prisioneiros” (AMORIM, 1993).

Assim, a reação a essas barbaridades por parte dos demais presos começou de maneira inibida no “fundão”, mas logo adquiriu uma velocidade assustadora. Oito detentos da Galeria B, que tiveram contato muito próximo com os militantes das organizações revolucionárias (como ALN, MR-8, VAR Palmares), formaram um grupo coeso e unido com um objetivo: responder às violências das demais falanges e, se necessário, com violência ainda maior. O grupo embrionário do Comando Vermelho já sabia que haveria um derramamento de sangue nas galerias da Ilha Grande (AMORIM, 1993).

Nesse sentido, a jornalista do El País, Maria Martín, também afirma:

Os pais do Comando Vermelho logo se interessaram pelos valores, livros e métodos mais sofisticados dos colegas de cela, mas principalmente encontraram na união a fórmula para sobreviver em um ambiente onde outros grupos de presos espalhavam o terror com estupros, torturas e assassinatos. A primeira regra era “respeito ao companheiro” e seu primeiro nome conhecido foi Falange Vermelha. “Foi a polícia que nos chamava de Falange, mas era direita demais. Lembrava a Espanha de Franco, do fascismo”, contou publicamente um de seus fundadores, William da Silva Lima, apelidado de O Professor (EL PAÍS, 2017).

Com a declaração de guerra dentro do presídio, a então Falange Vermelha, agora conhecida como Comando Vermelho, estabeleceu regras para todos os presos, bem como instituiu uma contribuição financeira para todos os membros com o objetivo de financiar fugas e apoiar as famílias dos presos. No início, a organização foi fundada por oito líderes, sendo o mais notório Willian da Silva Lima, conhecido como Professor.

As ações do Comando Vermelho, a partir de 1980, concentraram-se em roubos a bancos e extorsões mediante sequestro. Parte dos lucros obtidos por meio dessas ações criminosas era utilizada para financiar mais de 100 fugas do presídio Cândido Mendes, bem como para auxiliar viúvas e famílias de membros que continuavam encarcerados. Com as constantes fugas, os membros do Comando Vermelho fugiam para comunidades do Rio de Janeiro, onde propagavam seus métodos de assistencialismo em áreas onde o Estado estava ausente, e expandiam seus domínios por meio do cometimento constante de grandes roubos.

Até então, o Comando Vermelho praticava diversos roubos a estabelecimentos bancários e extorsões como meio de obtenção de 'lucro'. No entanto, com a chegada à liderança de Rogério Lengruber, a organização viu no tráfico ilícito de entorpecentes uma enorme possibilidade de aumentar significativamente seus ganhos, pois a cocaína havia chegado, e os cartéis da Colômbia e da Bolívia e o Brasil se tornaram os maiores consumidores da droga na América Latina (AMORIM, 1993).

Recorrendo à obra do jornalista Carlos Amorim, temos:

A década de 80 registra o maior crescimento do consumo de drogas entre a juventude. A velha maconha é gradualmente substituída pela cocaína dos cartéis colombianos e bolivianos. Um processo tão rápido que fez com que a maconha virasse coisa de pobre, enquanto crescia o glamour em torno da cocaína. Pouco a pouco, o Comando Vermelho vai se adaptando às "novas exigências do mercado (AMORIM, 1993).

Assim, inicia-se uma nova era nos negócios do Comando Vermelho - CV. A organização já domina a maioria dos morros cariocas. Traficantes independentes começam a ser eliminados. O funcionamento ocorre por meio de 'chefes' regionais, ou seja, cada morro agora tem um proprietário que gerencia o mercado em nome do Comando Vermelho. Carlos Amorim relata em seu livro que, em 1990, cerca de 90% das favelas do Rio de Janeiro eram controladas pelo Comando Vermelho (AMORIM, p. 9, 1993).

Para corroborar o que foi exposto, Lessing (2008) afirma que o Estado do Rio de Janeiro tem maior proximidade com o tráfico em comparação com outros estados, pois no Rio o tráfico de drogas funciona como uma 'empresa' estruturada. Como consequência lógica da expansão de território, surgiram confrontos com outros grupos, tais como outras facções que se originaram a partir da dissidência com o Comando Vermelho, sendo o Terceiro Comando - TCP e a Amigos dos Amigos - ADA, bem como as milícias e a própria polícia.

Quando o governo do Rio decidiu combater o tráfico de drogas, os índices de violência aumentaram ainda mais, pois ocorreram diversos confrontos com as forças de segurança. Foram criadas as UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora, que, em um modelo de polícia comunitária,

atuavam diretamente na comunidade, trabalhando junto aos moradores e combatendo os traficantes. Desde então, ao longo dos anos, o Comando Vermelho migrou suas atividades para outros estados brasileiros, indo disputar território nas fronteiras, como no estado do Paraná, onde a facção disputou e ganhou espaço de outra facção de origem paulista.

De acordo com o jornal OParaná, em matéria publicada em 02 de novembro de 2018, a disputa pela região tem motivo específico, pois o estado é muito próximo do Paraguai, onde o mercado de entorpecentes, armas, munições e o contrabando de cigarros movimentam bilhões de reais, com fácil escoamento via rodoviária, aeroviária e fluvial para o restante do país (OPARANÁ, 2018). O Comando Vermelho também já estendeu seus tentáculos ao estado do Ceará, onde se encontra até hoje.

Na década de 90, a facção foi a primeira a atuar no estado, quando nove homens foram presos acusados de sequestrar uma empresária, no ano de 1992. Um ano após esse episódio, a polícia anunciou que havia descoberto uma ‘base’ da facção no bairro Álvaro Weyne, onde foram apreendidas diversas armas, bem como pichações com as iniciais do grupo criminoso (JORNAL O POVO, 2023). Desde então, a violência é imposta e seus índices aumentam cada vez mais, causando medo e terror nas populações de várias cidades brasileiras.

## 2.2 PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

Outro grupo criminoso organizado, atualmente considerado a maior facção criminosa do Brasil, é o Primeiro Comando da Capital - PCC. Este grupo foi criado por volta do ano de 1993, dentro dos estabelecimentos penais do estado de São Paulo, como resposta aos conflitos existentes dentro do sistema penitenciário, tais como abusos cometidos pelos próprios presos contra outros e as opressões do sistema penal.

Como bem descreve Feltran em sua obra “Irmão - uma história do PCC”:

A fundação do PCC, em 31 de agosto de 1993, na Caverna, CCTT ou Piranhão, nomes usuais do anexo da antiga Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, reivindica-se como uma resposta a esse cenário opressivo” (FELTRAN, 2018).

O Primeiro Comando da Capital (PCC) surgiu como uma reação dos detentos aos constantes crimes e abusos sofridos nos estabelecimentos prisionais. O estopim para a sua criação foi o massacre do Carandiru em 1992, e a expansão das prisões em São Paulo foi um fator determinante para o crescimento da facção no estado. Com o objetivo de representar e proteger os interesses dos internos perante o sistema prisional, combatendo a opressão e a

violência carcerária, o PCC rapidamente difundiu esse ideal para as outras unidades prisionais de São Paulo.

Subestimado pelo governo, que não conhece a realidade das cadeias, o PCC criou raízes em todo o sistema carcerário paulista. Nas prisões, diretores ultrapassados, na época da repressão (no regime militar), tentavam resolver o problema de maneira em que foram doutrinados: porretes, choques, água fria, porrada ... não foi o suficiente. Em menos de três anos, já eram três mil. Em menos de dez anos, 40 mil (AMORIM, 2004, p. 375).

O objetivo primário da facção era combater as opressões sofridas e, de certa forma, vingar-se pelo incidente ocorrido no presídio do Carandiru no ano anterior, onde mais de cem presos foram mortos (BEZERRA, 2017). No início dos anos 2000, o grupo ganhou notoriedade nacional quando, de maneira altamente organizada e coordenada, ordenou, a partir do interior dos presídios, uma série de rebeliões em todo o sistema carcerário do estado de São Paulo.

A articulação e grandiosidade do movimento deixaram as autoridades incrédulas, fazendo com que a sociedade e as forças de segurança ficassem atônitas e passassem a considerar a referida organização criminosa como a principal inimiga. Dessa forma, o grupo começou a estabelecer as normas que os demais detentos deveriam cumprir rigorosamente. Uma das primeiras medidas foi a abolição do uso de ‘crack’ dentro dos presídios, pois observou-se que os viciados causavam problemas para o ‘mercado das drogas’.

O crack, que infestava a cadeia nos anos 90, foi banido do sistema penitenciário de São Paulo por ordem da facção dominante. Tanta gente fumava crack que, quando um preso negava o uso, eu achava que devia ser mentira. Nunca imaginei que essa droga seria varrida das prisões em meu tempo de vida, muito menos que os responsáveis pela proibição seriam justamente uma facção envolvida com o tráfico nas ruas, depois de concluir que o craqueiro que conturbava a ordem imposta por eles nos presídios a ponto de lhes prejudicar os negócios (DIAS; MANSO, 2017, p. 16).

O tráfico ilícito de entorpecentes constitui a principal atividade do Primeiro Comando da Capital (PCC). Consequentemente, a organização buscou expandir suas atividades para a região fronteira com o Paraguai, localizada no estado do Paraná.

Pelo menos desde o início de 2010, o PCC passou a planejar a ampliação de sua presença e controle das regiões do Paraguai. Nessa época, o salve que trata da “evolução e expansão da facção no Paraguai” foi intensamente discutido entre as lideranças do PCC que estavam presas na Penitenciária II de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, e os integrantes soltos, alguns dos quais já em território paraguaio (FELTRAN, 2018, p. 34).

No entanto, a facção paulista explora outras atividades ilícitas, como roubos a instituições financeiras, sequestros, extorsões e homicídios. Esses crimes complementam

financeiramente o caixa da organização, assim como a mensalidade que os membros do grupo precisam contribuir. Aqueles que estão financeiramente estáveis contribuem com R\$ 1.000,00 mensais, enquanto aqueles que não estão em condições contribuem com R\$ 50,00 (BEZERRA, 2017). Além disso, durante a década de 2010, o PCC iniciou sua expansão para outras regiões do país, difundindo a ideologia do grupo por meio de membros que estão presos em cadeias de outros estados.

No entanto, nas cadeias do norte/nordeste, a facção carioca Comando Vermelho já estava atuando, levando posteriormente à fundação de facções naturais dessas regiões, como a Família do Norte - FDN, no Amazonas, o Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte, a Okaida, na Paraíba e a Guardiões do Estado, no Ceará. Logo, o PCC iniciou sua ‘guerra fria’, buscando aliar-se a esses grupos, mas também buscando aumentar rapidamente o número de membros. No estado de Roraima, onde em 2014 apenas o grupo criminoso carioca estava atuando, o PCC, como forma de se opor ao Comando Vermelho, iniciou a captação rápida de membros e, no final de 2016, já possuía cerca de mil filiados à facção no estado (PAES; DIAS, 2018).

Até então, os grupos criminosos que estavam presos naquele estado viviam em um mesmo ambiente e em harmonia. No entanto, com o crescimento dos grupos, a tensão aumentava, com todos os presos se armando com armas brancas artesanais produzidas na própria cadeia. A tensão ocorreu devido à complexa situação de convivência entre os dois grupos armados (PAES; DIAS, 2018). Logo, a explosão de violência ocorreria nos presídios, principalmente nas regiões norte e nordeste, em meados de 2016 e 2017.

### **3 MÉTODO**

Este artigo emprega a pesquisa descritiva, que busca descrever e examinar os atributos do tema em questão, limitando-se a informar sobre como as facções criminosas influenciam a dinâmica do tráfico ilícito de entorpecentes, com o objetivo de compreender a problemática. Este estudo utiliza a pesquisa básica, visando ampliar o conhecimento e a compreensão de um determinado tema, permitindo assim, entender minuciosamente a atividade e a organização das organizações criminosas e sua relação com o tráfico de entorpecentes.

Neste artigo, é empregada a pesquisa qualitativa, que busca alcançar os significados inerentes ao problema do tema, uma vez que se procura compreender as complexidades da estrutura do crime organizado relacionado às drogas. Este estudo utilizará fontes bibliográficas e dados oficiais. Este projeto utiliza a pesquisa bibliográfica, que se baseia em referências de

trabalhos e obras escritas sobre a temática deste estudo, visando a coleta de informações, dados teóricos já publicados por autores, órgãos oficiais, teses ou dissertações, bem como livros.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A expansão da atividade criminosa desafia os sistemas de controle social, especialmente quando surgem novas relações de poder que representam um desafio significativo à norma estatal weberiana do monopólio da violência legítima. Assim como ocorreu em outros estados brasileiros, o Ceará também tentou inicialmente negar a existência de grupos armados estruturados na forma de facções criminosas. Esses grupos são uma experiência coletiva desenvolvida por aqueles que cometeram crimes e que decidiram criar um sistema de proteção baseado na confiança política, ética e moral dos presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo (PAIVA; FREITAS PIRES, 2023).

Nessa perspectiva, esses grupos formam comunidades políticas e morais capazes de criar trocas e vínculos sociais duradouros que dão sentido às práticas criminosas e às relações sociais respeitadas entre elas. As gangues não são as únicas que cometem crimes, mas também fazem parte da experiência compartilhada, por isso se protegem mutuamente e podem exigir lealdade aos ideais e valores que estruturaram esses grupos armados. Além disso, mantêm um apelo de grupo eficaz por meio de um processo contínuo de rotinização e ritualização da violência.

Segundo os estudos analisados, tanto na experiência do CV quanto do PCC, houve um esforço dos presídios para persuadir e criar vínculos de solidariedade criminosa que ganharam apoio e permitiram o surgimento de grupos orgânicos intimamente ligados aos sistemas penitenciários estaduais. No entanto, essas facções rapidamente se tornaram referência para todos os envolvidos em práticas criminosas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e, posteriormente, para criminosos em outros estados brasileiros e sul-americanos, destacando o Ceará, que a partir de 2010 teve forte capilarização do crime.

Na verdade, 2010 marca no mapa do Brasil situações em que as experiências de venda de drogas e armas das facções cariocas e paulistas começaram a se reproduzir em outros estados, como o Ceará, mas que inicialmente, os modelos criminosos não conseguiram se expandir para as periferias porque existiam grupos armados na forma de quadrilhas e gangues locais, o que caracterizou o crime nesses espaços como uma experiência particularmente fragmentada por território. No entanto, é importante frisar que um dado relevante corresponde ao fato de grupos como CV e PCC atuarem no Ceará há décadas.

Mas de acordo com um padrão de criminalidade muito específico, não há segregação estrita nos subúrbios. Vale ressaltar, portanto, que não foi apenas em meados da década passada que grupos vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo chegaram ao Ceará. Segundo Paiva e Freitas Pires (2023), em meados da década de 1980, duas ações indicaram a presença do Comando Vermelho na cidade de Fortaleza: “um assalto a uma joalheria, em 1986, e o sequestro e assassinato de um corretor de imóveis por um membro da facção, em 1987”. Em meados da década de 1990, o CV considerava o Nordeste do Brasil um centro estratégico para o fluxo de cocaína do Peru, Bolívia e Colômbia.

Por sua vez, o Primeiro Comando da Capital (PCC) chegou em 1990. Inicialmente, a facção não estava envolvida com o tráfico de drogas no Estado, atividade que pertencia às quadrilhas locais. No entanto, como foi na mesma época que o crack se difundiu por Fortaleza, ouvimos de interlocutores que os primeiros fornecedores dessa droga na capital cearense eram agentes ligados à essa facção. Esta é uma suposição empírica razoável, uma vez que na época não existiam “laboratórios” clandestinos de crack no Ceará (PIRES, 2018).

Matos Junior e Santiago Neto (2019) enfatizam que o primeiro registro de ação relacionada ao Comando Vermelho (CV) no Ceará data de 1986, quando o autor de um assalto a uma joalheria em Fortaleza confessou ser integrante do grupo carioca. Com a prisão de alguns desses membros, o CV entrou nos presídios cearenses e começou a recrutar novos membros e a estabelecer uma presença em massa, inicialmente dentro do sistema, e eventualmente se expandindo para comunidades de Fortaleza e depois do estado.

Nesse sentido, a expansão da organização baseia-se na promoção do mercado de consumo e comércio de drogas, inicialmente na capital cearense. Contextualizando os estudos de Nascimento e Freitas (2019) e Paiva, Barros e Cavalcante (2019), em 2015 e 2016, o sistema penitenciário cearense passou por um processo em que os presos aderiram em grande número às facções PCC e CV. Isso é resultado da corrupção, da perda de controle interno e das mesmas características que denotam o sistema prisional brasileiro. O resultado da superlotação, do encarceramento em massa e da falta de políticas claras de reabilitação (CAVALCANTE, 2019).

Neste sentido, existem todas as condições para a introdução e expansão dos grupos criminosos prisionais que dominam os sistemas penais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Até então, era um tema pouco discutido e por vezes rejeitado pelas autoridades estaduais. No entanto, o crime organizado no Ceará ganhou visibilidade pública pela primeira vez em 2015, com o chamado fenômeno da “pacificação”, que é uma ação coordenada entre comunidades dominadas por grupos rivais, que celebrou pactos de não agressão no Ceará, capital, e em Sobral, norte do estado. Paiva (2019) corrobora enfatizando que essa famosa “passeata do

crime” em Sobral, tornou-se referência e revelou a existência do crime organizado no Ceará, não apenas no sistema penal, que já apresentava sinais claros de sua existência, se manifestando através de repetidas revoltas e conflitos internos entre um prisioneiro que é membro de uma facção ou de outra.

Mas, também tem influência em diversas comunidades da capital e do estado. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE), os níveis de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) têm oscilado após um ligeiro aumento em 2014 em relação a 2013, apresentando agora uma queda mais pronunciada com uma tendência descendente mais intensa em 2016, o que poderá refletir uma melhoria coincidente com o pacto de não agressão subscrito entre as facções.

Paralelamente a esta realidade, observam-se também mudanças no sistema penitenciário com aumento de conflitos no sistema, que se materializam com a evolução do volume de mortes dentro das prisões particularmente em 2016, ano em que ocorreu uma mega rebelião nos presídios de Fortaleza, em dezembro do mesmo ano. Em 2022, os dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE) expressaram o número de crimes violentos letais intencionais praticados nas unidades prisionais, conforme expresso na Tabela 1.

**Tabela 1** – Crimes violentos letais internacional / 2013 a 2016

| Mês          | CVLI         | Ocorrido em<br>Unidade Prisional* | Intervenção<br>Policial** |
|--------------|--------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Janeiro      | 251          | 0                                 | 14                        |
| Fevereiro    | 276          | 1                                 | 7                         |
| Março        | 227          | 0                                 | 14                        |
| Abril        | 244          | 1                                 | 9                         |
| Mai          | 269          | 0                                 | 15                        |
| Junho        | 214          | 0                                 | 10                        |
| Julho        | 257          | 0                                 | 22                        |
| Agosto       | 250          | 0                                 | 12                        |
| Setembro     | 250          | 0                                 | 12                        |
| Outubro      | 249          | 0                                 | 14                        |
| Novembro     | 235          | 0                                 | 14                        |
| Dezembro     | 248          | 1                                 | 9                         |
| <b>Total</b> | <b>2.970</b> | <b>3</b>                          | <b>152</b>                |

Fonte: O autor com dados da SSPDS/CE-2022.

É relevante destacar, conforme Sampaio (2021), que em 2019, com as mudanças administrativas implementadas no modelo do sistema prisional cearense e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) com promessas de maior controle interno do

sistema, iniciou-se um fenômeno de reaproximação faccional para desafiar o governo. Essa ação visava impedir a reforma e a retomada do controle das prisões públicas e estaduais. Em janeiro do mesmo ano, após a posse do novo secretário Luis Mauro Albuquerque Araújo, teve início uma série de ataques coordenados contra infraestruturas do Estado.

Esses ataques incluíam transportes públicos, ônibus e trens, eletricidade, abastecimento de água, centros de saúde, coleta de lixo, telecomunicações, rede rodoviária e justiça estadual, equipamentos, instituições financeiras e equipamentos de segurança pública. O foco era a capital, mas também se estendia às cidades da região metropolitana de Fortaleza e ao interior do estado. Em 10 dias, foram registrados 283 ataques envolvendo explosivos, armas de fogo e bombas incendiárias em mais de 50 comunidades.

Foram detidos 461 suspeitos e 39 líderes de gangues foram transportados e detidos em prisões federais, segundo a SSPDS/CE. Nesta perspectiva, o aumento quantitativo, técnico e logístico da polícia cearense foi um passo importante neste período de confronto entre facções. No entanto, deixou inúmeros outros problemas sem solução devido a algo que os próprios policiais compreendem: sua incapacidade de resolver um problema com múltiplas causas sociais e de danos causados à população.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crime organizado fundamenta-se na violação das leis e normas sociais para satisfazer as necessidades de seus membros. No entanto, foi no ambiente carcerário que os detentos, insatisfeitos com as condições precárias em que viviam, começaram a se mobilizar para formar facções. Por sua vez, o Estado tenta intervir no conflito, retaliando as partes envolvidas. Contudo, o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) não tem efeito significativo na alteração da composição das organizações criminosas.

É evidente que a reorientação social não é o objetivo primordial do Estado. No entanto, a iniciativa do Estado é extremamente necessária: a inércia não pode mais ser tolerada, e deve haver investimento em segurança pública, saúde e educação. Para muitos brasileiros, existe uma carência significativa de oportunidades de desenvolvimento profissional, acadêmico e de autoatualização.

Isso os leva a considerar a adesão a gangues criminosas - uma situação insustentável para a coexistência social. Um ambiente adequado, gerido pelo Estado, pode contribuir para a construção de uma sociedade justa e integrada, bem como para a reintegração social do indivíduo encarcerado.

Nessa perspectiva, os resultados deste estudo demonstraram a necessidade de implementação de políticas de segurança pública para minimizar o impacto das ações das organizações criminosas, com o objetivo de compreender este processo evolutivo e reduzir suas consequências na sociedade.

Este fato demanda uma maior interação entre o Estado e a sociedade para que se possa entender claramente o quanto essas organizações infiltram-se nas comunidades, e quais mecanismos são necessários para reverter este processo, libertando esses aglomerados desses grupos organizados e mitigando as consequências nefastas por eles criadas.

Portanto, o objetivo deste estudo foi alcançado, sendo possível compreender que as facções criminosas exercem ações diretas no desenvolvimento da criminalização no estado do Ceará. Por fim, é relevante destacar que o estado é estratégico na rota internacional do tráfico de drogas, e este fator pode ser um dos contribuintes para o declínio do crime organizado.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital: a irmandade do crime**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

AMORIM, C. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, [s.d.].

BEZERRA, K. **PCC: veja o significado dessa facção, seu estatuto, mandamentos e batismo**. Site Estudo Prático, [S. l.], 2017. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/o-que-significa-pccno-crime-saiba-mais-sobre-essa-facciao/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

**BRASIL.ELPAIS**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135\\_043725.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135_043725.html)>. Acesso em: 5 out. 2023.

**CEARÁ.GOV**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2021/09/15/ceara-apresenta-aumento-de-909-nas-apreensoes-de-drogas-nos-oito-primeiros-meses-do-ano/#:~:text=Aliadas%20ao%20uso%20da%20intelig%C3%Aancia,drogas%20foi%20retirada%20de%20circula%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 out. 2023.

DIAS, C. C. N.; MANSO, B. P. **PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no BR**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 11, n. 2, p.10-29, ago. 2017.

LESSING, B. **As Facções Cariocas em Comparativa**. Tradução: Hélio de Mello Filho. Novos estudos Cebrap 80, 2008. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004)>. Acesso em: 24 out. 2023.

MATOS JUNIOR, C. C.; SANTIAGO NETO, J. P de S. **Figurações recentes do mercado de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará: notas sobre suas transformações e impactos nas dinâmicas de consumo local**. Fortaleza: [s.n], 2020.

NASCIMENTO, F. E de M.; FREITAS, G. J de. **Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará**. O Público e o Privado, Fortaleza, n.33, jan/jun · 2019.

**O ESTADO CE**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://oestadoce.com.br/opiniaio/editorial-ceara-na-rota-do-traffic-de-drogas/>>. Acesso em: 18 out. 2023.

**O PARANA.COM**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://oparana.com.br/noticia/pcc-perde-espaco-e-cv-se-instala-na-fronteira/>>.

**O POVO**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em:

<[https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/06/13/facao-criminosa-no-ceara-quais-grupos-atuam-no-estado-entenda.html#:~:text=Fac%C3%A7%C3%A3o%20Comando%20Vermelho%20\(CV\),acusados%20de%20sequestrar%20uma%20empres%C3%A1ria](https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/06/13/facao-criminosa-no-ceara-quais-grupos-atuam-no-estado-entenda.html#:~:text=Fac%C3%A7%C3%A3o%20Comando%20Vermelho%20(CV),acusados%20de%20sequestrar%20uma%20empres%C3%A1ria)>. Acesso em: 9 out. 2023.

PAIVA, L. F. S.; FREITAS PIRES, A. " **Quem manda no Ceará? Sobre o enfrentamento às facções criminosas em um estado do nordeste do Brasil**. Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología, v. 32, n. 2, p. 97-121, 2023.

PIRES, A de F. **“A vida no crime é louca”: as relações criminais em um complexo de favelas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE). 2018.